

FÓRUM DA AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE ALIMENTOS COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

**CAROLINA DOS SANTOS VAZ¹; ALISSON EDUARDO MAEHLER²; DANIEL
MARQUES AQUINI³**

¹Pós-Graduando PPGDTSA/UFPel – Embrapa Clima Temperado - carolina.vaz@embrapa.br

²Docente PPGDTSA/UFPel – alisson.maehler@gmail.com

³Pós-Graduando PPGS/UFPel – Embrapa Clima Temperado - daniel.aquini@embrapa.br

1. INTRODUÇÃO

Ao longo deste trabalho serão mostradas reflexões de autores na questão do desenvolvimento territorial e qual a importância dos agentes locais neste processo. Uma iniciativa criada em 1995 exemplifica como atores do sul do estado do Rio Grande do Sul (RS) organizaram-se em um fórum de debate que hoje está consolidado como o espaço de alinhamento de políticas públicas e debate de assuntos da região. Após o resgate teórico, foi realizada uma busca de materiais que estavam ligados ao Fórum da Agricultura Familiar da Região Sul do RS. Foram coletados ainda, relatórios sobre os arranjos produtivos locais no RS através da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), órgão vinculado ao governo do estado. Através de buscas documentais, serão exibidas algumas informações de como foi a aprovação do Arranjo Produtivo Local (APL) Alimentos da Região Sul e como está estruturada sua governança.

2. METODOLOGIA

Para este trabalho foi realizado um estudo de caso com análise documental. Os dados foram coletados e organizados em janeiro de 2015.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de ter obtido uma trajetória histórica na produção de alimentos, a região sul encontrava-se estagnada. No sentido de reverter esse quadro, agentes do poder público buscaram alternativas visando à diversificação da produção e o desenvolvimento na produção de alimentos. Diversos esforços de entidades governamentais e não governamentais estão sendo realizados neste sentido.

FAVARETO (2006) acredita que o desenvolvimento deve ser visto como uma etapa da sociedade humana (alcançadas ou alcançáveis) dentro de um processo de longa duração, não apenas em um problema específico e que o desenvolvimento das sociedades humanas deve estar focado nas interações econômicas, sociais e ambientais.

GOMES, *et.al.* (2011), destacam o conceito de dimensão institucional, que trata do desenvolvimento e/ou mudança das organizações de governo, da sociedade civil e dos agentes produtivos, que busca a construção de novas formas de articulação entre essas esferas. Esse processo de articulação deve reconhecer pelo menos três aspectos: a importância do território e, consequentemente, dos governos

locais como articuladores e aglutinadores das políticas regionais; a participação da sociedade como protagonista do planejamento, da implementação e da avaliação das ações de desenvolvimento; e as parcerias público-privadas para a concretização dessas iniciativas. Diversos projetos contribuem na coordenação da oferta de serviços de apoio ao desenvolvimento produtivo, respondendo aos requerimentos de inovação das organizações sociais e de produtores urbanos e rurais, das agroindústrias e das micro e pequenas empresas do território. A necessidade da construção territorial de fatores e serviços estratégicos é uma questão vital para sua eficiência produtiva e competitividade, ou para sua sustentabilidade, em última instância.

Considerando as diversas transformações políticas e econômicas ocorridas nos anos 90, a globalização ocasionou a adaptação da maioria dos países latino-americanos. Para SILVA (2013), aliado a um período de lutas e conquistas sociais, as forças dos atores locais se tornam emergentes na tomada de decisões governamentais. Com isso, surge o conceito de território e com dele diversos programas governamentais com articulação do Estado. Nesse sentido, o autor propicia uma reflexão sobre as formas com que estão sendo realizadas essas intervenções com atores locais e questiona sobre os métodos utilizados atualmente para que essas ações cheguem à sociedade. Enfatiza, ainda, que a interação entre órgãos governamentais e a participação dos atores locais ganham importância na consolidação dos territórios.

SABOURIN (2010) destacou a demonstração de iniciativas dos agricultores que se unem em torno de um bem comum e que visam o fortalecimento de ações coletivas, como é o caso de feiras agroecológicas e a conservação de sementes crioulas, que visam autonomia aos agricultores, destacando o apoio de políticas públicas, que podem ser valorizadas e renovadas a partir de iniciativas locais. O autor frisou a importância do mecanismo de reciprocidade, da articulação local e o reconhecimento dos mecanismos coletivos dos agricultores que cuidam da produção ou do manejo de bens comuns ou públicos.

De acordo com o Observatório Brasileiro de APLs (2015), a sigla APL é um termo utilizado para definir uma aglomeração de empresas com a mesma especialização produtiva que se localiza em um mesmo espaço geográfico. Porém, além destes atributos citados, APL é um movimento, um espírito de cooperação estratégica para o desenvolvimento empresarial, setorial e regional. Deve ser entendido como sendo a organização da cadeia produtiva do setor, na qual a liderança deve ser exercida pelos empresários, com o apoio dos Governos (Federal, Estadual e Municipal) e outras instituições, de crédito, fomento, ensino, pesquisa, entre outras.

A partir de 2011, o governo do estado do Rio Grande do Sul construiu uma política pública de desenvolvimento territorializada e cooperada buscando instrumentos de relação direta com os territórios que priorizou a participação, cooperação e coordenação local, a definição de prioridades, a gestão coletiva de projetos e a qualificação direta a empresas e produtores. Para tanto, estabeleceu como prioridade o Projeto de Fortalecimento dos APLs que, junto com o Projeto Extensão Produtiva e Inovação (EPI), formaram o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa CAPLs). Conforme KAPRON (2014), o objetivo do programa era o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos do Rio Grande do Sul, que visavam à capacitação de instituições e agentes dos territórios para elevação da sua eficiência econômica sistêmica, focado em ganhos para as pequenas e médias empresas e produtores.

Na região sul do Rio Grande do Sul está presente o Fórum da Agricultura Familiar. Este foi criado em 1995 e tornou-se o principal meio de mobilização dos atores do território local, sendo consolidado como um espaço de diálogo entre seus membros, bem como de captação e priorização de políticas públicas. Atualmente está composto por representantes das prefeituras, universidades, instituições de pesquisa e extensão, cooperativas, movimentos sociais, pescadores, quilombolas, assentados da reforma agrária, ONGs, setorial de mulheres e associações. Sua criação partiu de um grupo de pessoas que possuíam relação com associações ligadas à pequenos agricultores do sul do Estado e que com o apoio da Embrapa Clima Temperado, criaram um espaço de debate para questões ligadas à agricultura familiar.

O edital 05/2012 da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) com a proposta do APL Alimentos foi apresentado e discutido junto ao Fórum da Agricultura Familiar em reunião no dia 11/04/2012. Na ocasião foram debatidas as estratégias de ação e constituído o Comitê Gestor encarregado de elaborar a proposta do arranjo. Em assembleia, ficou estabelecido que este APL seria composto pelos produtores, agroindústrias (micro, pequenas e médias empresas), em sua grande maioria de origem familiar, cooperativas e instituições de pesquisa e extensão e que a prioridade para a região estaria focada em frutas, hortaliças, mel e condimentos. A proposta foi submetida e aprovada pelo governo estadual, sendo o primeiro convênio iniciado em 2012.

O APL de Alimentos está situado na região de influência de Pelotas, zona sul do Estado, à qual abrange os 22 municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE - Sul). Além destes, também existe uma cooperativa situada no município de Candiota. O Comitê Gestor está composto pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS/Ascar), a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IF-Sul), Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul, Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas (SINDOCOPEL), Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CAFSUL), Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e a Cooperativa Sul Ecológica, sob todos sob a coordenação da Embrapa Clima Temperado. No ano de 2014, a Cooperativa do Núcleo de Apicultores de Pelotas Zona Sul (COONAPZ) e a Cooperativa dos Agricultores Familiares Nortenses (COOAFAN) integraram-se a este comitê.

O arranjo está composto por 64 integrantes, sendo 13 indústrias, 17 cooperativas, 2 associações, 28 agroindústrias e 4 microempresas. Após sua consolidação, o APL Alimentos passou a organizar e apoiar eventos voltados ao intercâmbio de conhecimentos entre produtores e técnicos, bem como proporcionar espaços de comercialização de produtos para agroindústrias e cooperativas, o que causou maior aproximação com a comunidade local. Um exemplo é a Banca do APL Alimentos situada no Mercado Público de Pelotas, onde podem ser encontrados produtos da agricultura familiar.

4. CONCLUSÕES

A cooperação e o diálogo do governo com instituições e setores produtivos locais organizados são de extrema importância para o desenvolvimento local. A atuação dos atores de forma conjunta permite um melhor conhecimento das

realidades e demandas de cada região, as quais devem ser respeitadas por suas peculiaridades.

Neste artigo, o poder de atuação de um fórum de debate na região sul do RS foi evidenciado. Esta iniciativa, tornou-se um espaço de articulação, onde os atores locais conduzem as questões do desenvolvimento territorial em um ambiente de aprendizado coletivo. O Fórum da Agricultura Familiar participou ativamente da construção da proposta de um arranjo produtivo local para região, o que reafirmou sua importância como espaço de discussão das demandas locais. Cabe salientar que o esforço de aprovação deste arranjo se deu pelo comprometimento de uma equipe de governança de diversas instituições da região que foram capazes de dialogar junto aos atores locais e o governo do Estado, visando à captação das prioridades para aplicação dos recursos.

Através do levantamento efetuado pode-se comprovar que a região sul está articulada em busca de alternativas para os ganhos coletivos que possam trazer melhorias nas condições de vida.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE ALIMENTOS. Online. Acesso em 26 jan. 2015. Disponível em: <http://www.aplalimentosul.org.br/Abrangencia>.

GOMES, J.C.C ET. al. Da difusão de tecnologia ao desenvolvimento sustentável: trajetória da transferência de tecnologia na Embrapa Clima Temperado. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 159-188, jan./abr. 2011.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão:** do agrário ao territorial. 2006. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência ambiental, Universidade de São Paulo.

KAPRON, Sergio. Arranjos Produtivos Locais: Uma Política Pública de Desenvolvimento – RS 2011-2014. In: **Boletim regional, urbano e ambiental / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Jul.-Dez. 2014. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais. – n. 10. Brasília: Ipea, 2014. Cap. 5, p.57- 73.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE APLS. Acesso em 20 jan. 2015. Online. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/perguntasfrequentes/perguntasfrequentes.html>

SABOURIN, E. **Dispositivos coletivos de apoio a produção e dinâmicas territoriais**. Raízes (UFPB), v. 28, 29 p. 154-165, 2010.

SILVA, Sandro Pereira. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.